

VIII ENCONTRO NACIONAL DA REDE MOVA - BRASIL

Natal, RN, 24 a 27 de agosto de 2010

OS DIFERENTES CONCEITOS DE ALFABETIZAÇÃO E A PERSPECTIVA DE CONTINUIDADE

APOIO

**Unesco, Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos, Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Ministério da Educação, Petrobras**

Introdução

O MOVA BRASIL teve início em 2001, ano em que realizou seu primeiro Encontro. A partir daí, o Movimento tem se constituído como um instrumento de diálogo, de trocas de experiência e ampliação da participação da sociedade civil organizada na construção e execução de políticas públicas e parcerias de Educação de Jovens e Adultos. Em 2003, em seu terceiro encontro, foi definida a sua organização em rede.

Nesse 8º Encontro, o tema proposto foi “Os diferentes conceitos de alfabetização e a perspectiva de continuidade”, onde foram apresentadas diferentes experiências de alfabetização desenvolvidas no país: Brasil Alfabetizado (Mauro José da Silva/SECAD), Yo, sí puedo (Maria Cristina Vargas/MST), MOVA-BRASIL (Maria Alice da Paula Santos/MOVA SP), Life e o Plano Iberoamericano (Claudia Baena/OEI) com objetivo de que os participantes pudessem se apropriar dos conceitos e impactos produzidos por estas propostas na América Latina. A ocasião foi também uma oportunidade de refletir sobre a própria caminhada da REDE ao longo destes anos e os impactos produzidos

Dentre outros objetivos, o 8º Encontro visou consolidar os princípios político-pedagógicos dos programas que integram o MOVA-BRASIL como referência nacional para a ação alfabetizadora.

Entre os 450 delegados(as) participantes, eleitos em suas bases, estavam presentes: educandos, educadores, entidades parceiras e conveniadas, Universidades, pesquisadores em EJA, gestores municipais e estaduais oriundos de 13 estados e o Distrito Federal, das 5 regiões brasileiras contemplando a diversidade das ações alfabetizadoras de jovens e adultos.

A abertura oficial foi na manhã do dia 25.08, às 9h00, com a exposição sobre Educação Popular e Agenda Territorial de EJA. O momento mais esperado aconteceu no dia 25, onde foram realizados os Círculos de Cultura, com 13 eixos de debate que proporcionaram o aprofundamento do tema central dialogando com as experiências vivenciadas pelos sujeitos que atuam nos programas MOVA em todo o Brasil.

No dia 26, pela manhã, os participantes se reuniram por regiões para analisar o documento-síntese das propostas dos encontros anteriores. No período da tarde, aconteceu a Conferência sobre os diferentes conceitos de programas de alfabetização pautados. Dentre outras atividades, aconteceram exposições de banners e painéis com experiências exitosas de educação de jovens e

adultos e também as “Noites Culturais” como um momento de integração das regiões do país.

Educação Popular e Agenda Territorial de EJA

Iniciou-se a atividade destacando a importância desse debate para o Movimento Popular, principalmente porque a Agenda Territorial, enquanto uma política pública, deve ser conhecida, demandada e monitorada, de perto, por todos os segmentos que atuam com a alfabetização e com a educação de jovens e adultos.

A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos tem o objetivo de firmar um pacto social, para melhorar e fortalecer a educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil. A proposta é reunir periodicamente representantes de diversos segmentos da sociedade, de cada estado brasileiro, para trabalhar em conjunto, seguindo a filosofia do compromisso pela educação, impetrada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A intenção é estabelecer uma agenda de compromissos para o ano, em que cada estado trace metas para a educação de jovens e adultos. O Ministério da Educação é responsável por acompanhar a implementação dos trabalhos em cada localidade. (www.mec.gov.br; em 26/08/10).

A apresentação do representante da SECAD/Brasil Alfabetizado, Mauro da Silva, se organizou segundo uma abordagem panorâmica e contemplou os seguintes eixos:

- Objetivos da Agenda Territorial (articulação territorial das ações para EJA, buscando a eficácia e eficiências das ações e dos recursos);
- Diretrizes da Agenda Territorial: articulação entre demanda e oferta das políticas públicas de EJA; estimular a constituição de redes sociais de cooperação; integração da educação formal e não formal no âmbito das políticas públicas; apoiar a sistematização e socialização da produção de conhecimento; apoiar experiências inovadoras de EJA no âmbito da economia solidária;
- Contexto da Educação de Jovens e Adultos (matrículas no Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio; números do analfabetismo e números do Brasil Alfabetizado). Queda nas matrículas, evasão e o desafio da continuidade dos estudos.
- Perfil dos educandos atendidos pelo PBA e dos professores que atuam no PBA.

- Composição da Agenda Territorial (Comissão e Comitê Técnico / Quem participa).
- Programas e Políticas existentes no âmbito da EJA: PBA, FUNDEB, PNLA, PNAT, PNLD EJA, Sistema S.
- Ações da Agenda Territorial (diagnóstico por estado de demanda-oferta), proposição de ações coerentes à CONFINTEA; mesa permanente de trabalho – monitoramento).
- Linha do Tempo, síntese das ações desenvolvidas, no âmbito da Agenda Territorial, desde 2008.

Mauro chamou a atenção ao fato de que todos os estados do Brasil já estão no processo de construção de suas agendas e que, na prática, cada uma delas está assumindo uma conformação própria, segundo a organização de cada grupo, os diagnósticos, e objetivos estabelecidos.

Não houve debate e a apresentação foi encerrada com Aragão chamando novamente a atenção do Movimento Popular para a participação e acompanhamento em cada estado, do processo de elaboração da Agenda Territorial.

Os diferentes conceitos de alfabetização e a perspectiva de continuidade

Círculos de Cultura

As educadoras e os educadores reuniram-se nos círculos de cultura com o objetivo de compartilhar as práticas pedagógicas das/os educadoras/educadores do movimento de alfabetização de jovens e adultos e compreender como os diferentes programas estão constituídos. Para atingir esses objetivos os grupos levantaram as práticas pedagógicas relacionadas ao tema, analisaram os seus princípios político-pedagógicos, apontaram os avanços, as dificuldades e os desafios e, finalmente, definiram as propostas relacionadas a seguir:

Propostas

Círculo de Cultura 1 – Alfabetização e Trabalho

1. Ressignificar a ação do educador(a) frente aos tempos e realidades do educando

trabalhador(a).

2. Socializar experiências ou atividades que envolvam a temática do mundo do trabalho articuladas e desenvolvidas nos núcleos.

Círculo de Cultura 2 – Alfabetização, mobilização e intervenção social

3. Realizar uma ação de mobilização a nível nacional no dia 08 de Setembro, dia Internacional da Alfabetização de Jovens e Adultos: plantando mudas de árvores, assim fomentando o processo de conscientização ambiental.

4. Firmar parcerias com os diferentes segmentos da sociedade (que tenham os mesmos princípios ideológicos) para implementação das políticas públicas de diferentes demandas dos MOVAs.

Círculo de Cultura 3 – Alfabetização e continuidade

5. Garantir a formação política, acadêmica e humanista da/o educador/a na perspectiva da educação popular.

6. Garantir a continuidade dos estudos das(os) alfabetizadas (os), articulada aos sistemas público de ensino, aliada à economia solidária e qualificação profissional, com apoio financeiro dos governos municipal, estadual e federal.

7. Garantir o acesso e a permanência da(o) educanda(o) na EJA com a construção de um currículo que dê conta das suas necessidades, respeitando os seus tempos e espaços.

Círculo de Cultura 4 - Alfabetização e educação inclusiva

8. Reivindicar junto aos governos em todas as esferas que priorizem a educação e que esta seja, na prática, uma educação democrática, inclusiva e popular.

9. Reivindicar junto ao MEC que, na próxima gestão, se inspire no MOVA para reorganizar/atualizar as propostas de políticas para educação de adultos.

Círculo de Cultura 5 – Alfabetização e educação prisional

10. Garantir a intersetorialidade das políticas públicas nos ministérios em relação à educação no sistema prisional.

11. Lutar por políticas de investimento para formação continuada de educadoras(es), agentes e gestoras(es) que atuam no sistema prisional.

Círculo de Cultura 6 – Arte-educação: a cultura popular nas turmas de alfabetização de jovens e adultos

12. Estimular e resgatar a cultura popular por meio da prática pedagógica cotidiana. De forma que possibilite uma interação sócio-cultural maior entre as(os) educandas(os) e comunidade.

13. Garantir a produção artístico-cultural das(os) educandas(os) e educadoras(es) durante o processo de formação e, após, buscar os meios para publicação de tais produções.

Círculo de Cultura 7 – Alfabetização e políticas públicas

14. Incorporar o MOVA às políticas públicas de Estado e não de governo.

15. Revisar as políticas de valorização e condições de trabalho do(a) educador(a) popular.

Círculo de Cultura 8 – Alfabetização e educação do campo

16. Articular os processos pedagógicos de alfabetização aos processos comunitários de luta por direitos sociais. Assim, organizando e criando uma gestão de projetos que representem alternativas de geração de trabalho e renda para as pessoas das comunidades e assentamentos rurais.

17. Fomentar e aprofundar a discussão entre (as)os educadoras(es) sobre os conceitos presentes na construção do paradigma da Educação no campo.

Círculo de Cultura 9 – Alfabetização e juventude

18. Realizar parcerias específicas com entidades públicas, privadas e pessoas físicas, visando à busca e manutenção da(o) jovem em sala por meio de atividades esportivas, culturais e profissionalizantes.
19. Problematizar o processo de juvenalização da EJA dentro da sala de aula bem como sua dificuldade percebida na relação com adultos e idosos.
20. Intensificar e ampliar a divulgação do MOVA numa linguagem juvenil de forma que seja atrativo para as(os) jovens.

Círculo de Cultura 10 – Alfabetização e gênero

21. Garantir a discussão voltada para temática de gênero sobre: o papel social, cultural, político e econômico da mulher na sociedade e as conquistas históricas das mulheres;
22. Lutar por políticas públicas que atendam as especificidades das mulheres (garantindo as formações permanentes e a igualdade de gênero nas turmas de alfabetização de jovens e adultos).

Círculo de Cultura 11 – Alfabetização e educação quilombola e a implementação das leis 10639 e 11645

23. Facilitar o acesso às(aos) educadoras(es) da Rede Mova aos materiais didáticos coerentes com a Educação Quilombola;
24. Viabilizar formação sobre políticas públicas para Educação Quilombolas;
25. Propor Fóruns Regionais que discutam a educação quilombola nos estados e nos núcleos de alfabetização.

Círculo de Cultura 12 – As novas tecnologias nas turmas de alfabetização

26. Democratizar o acesso aos equipamentos públicos correspondentes às novas tecnologias, como telecentros, salas de cinema etc.
27. Formação das(os) educadoras(es) na temática das novas tecnologias.
28. Conhecer, acessar e sistematizar os programas dos diferentes ministérios: Casas Digitais -MDA; PROINFO- MEC; Pontos de Cultura – MINC; Cine Mais Cultura – MINC; Inclusão Digital – Ministério da Comunicação.

Círculo de Cultura 13 – Educação para a convivência no semi-árido

29. Lutar para implementar políticas públicas educacionais contextualizadas para o semiárido.
30. Lutar para garantir acesso e continuidade às(aos) educandas(os) remanescentes da EJA, respeitando as diversidades culturais e os saberes locais, bem como solicitar aos poderes públicos das três esferas apoio aos APL (aplicativos produtivos locais), visando à sustentabilidade de suas famílias.
31. Realizar um seminário regional com as universidades públicas para pautar as questões da educação contextualizada, precedido por eventos preparatórios por estados.

Encontro das regiões

Estiveram presentes: 4 pessoas da Região Sul (Rio Grande do Sul), 8 da Centro Oeste (Distrito Federal), 35 da Norte (Amazonas e Pará), cerca de 130 pessoas da Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) e cerca de 270 do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe). A diversidade de formas de auto-gestão deste momento proporcionou uma variedade de registros que versam desde apontamentos de propostas com suas respectivas avaliações e ações estratégicas até análises de conjunturas locais e discussão dos problemas de municípios e estados que configuram a região. Neste documento, apresentam-se as

propostas de ações para votação na plenária final:

Fortalecimento das políticas públicas para EJA

1. Lutar para que o MOVA e a EJA sejam reconhecidos como direito público e assumidos como política pelas três esferas de governos, evitando assim sua descontinuidade.
- 2- Garantir o acesso e continuidade dos estudos com qualidade das(os) alfabetizandas(os), sendo articulada às redes públicas de ensino, como também aliada à economia solidária e qualificação profissional, com apoio financeiro do governo federal. Onde não houver turmas, que sejam instaladas.
- 3- Trabalhar para que seja mudada a pesquisa e publicação do censo elaborada pelo MEC e nele incorporar a mobilidade dos alunos de MOVA e outros programas.
- 4- Incentivar a participação e o fortalecimento da representação dos segmentos da sociedade civil na execução da Agenda Territorial.
- 5- Articular os projetos do MOVA com os movimentos sociais, propiciando que as ações e recursos cheguem até a população.
- 6- Buscar mobilizar a comunidade para que acessem a escola por meio de políticas de ampliação de oferta de EJA (Ensinos Fundamental e Médio).
- 7- Reivindicar a construção curricular coletiva em diálogo com a SECAD, a partir das realidades locais/regionais contemplando as necessidades da(o) educanda(o).
- 8- Fortalecer a caracterização do MOVA enquanto movimento social e ter representação nos fóruns de EJA e Agenda Territorial, sem perder a natureza e essência de movimento social.
- 9- Tornar claro e objetivo o diálogo com o MEC sobre as especificidades e necessidades da EJA quanto à matrícula.
- 10- Registrar as(os) alunas(os) atendidas(os) pelos programas de alfabetização no censo a fim de que se tornem alunas(os) das redes que as(os) atendem.
- 11- Exigir das administrações os cumprimentos dos compromissos assumidos internacionalmente.

12- Garantir a saúde bucal e acuidade visual: pressionando o poder público, visando às ações de intersetorialidade e aprofundando a divulgação e o entendimento sobre essas questões.

13- Fortalecimento dos Fóruns para ampliação das estratégias de comunicação acerca da intersetorialidade.

14- Realizar concurso público para contratação de professoras(es) para atuação específica na modalidade de EJA.

15- Convalidar, por meio de mobilização, o reconhecimento da formação das(os) educadoras(es) populares como um meio de aprimoramento das(os) educadoras(es) de EJA, dando o devido reconhecimento a tais processos de formação.

16- Adesão dos programas MOVAs junto ao PBA, resguardando as concepções do movimento.

17- Articulação no nível municipal para a constituição das Comissões Municipais da Agenda Territorial.

Financiamento

18- Reforçar a importância da continuidade e ampliação do PBA e da participação ativa dos movimentos sociais na Agenda Territorial para proposição e garantia de políticas públicas para EJA.

19- Participar da discussão nacional sobre financiamento, articulando inclusive com o Legislativo para que seja cumprido o preceito constitucional do direito de educação a todas(os).

20- Buscar uma participação mais intensa na escolha, distribuição e utilização do material PNLD/EJA. Ampliar a publicação de experiências e vivências de propostas de alfabetização, possibilitando trocas e a qualificação dos diversos processos de aprendizagem.

21- Igualar o custo/aluno da EJA aos demais alunos das outras modalidades e garantir que toda

oferta de Educação Básica/modalidade EJA seja financiada pelo FUNDEB independentemente de qual seja o ente federado, no intuito de garantir a continuidade dos estudos a todos que desejarem.

22- Exigir que os recursos do FUNDEB para a EJA sejam utilizados conforme os princípios de autonomia e transparência.

Formação de educadores

23- Garantir formação específica para os educadores da modalidade de EJA.

24- Articular junto às universidades a formação superior para as(os) educadoras(es) populares garantindo as especificidades dessa modalidade educativa e viabilizar investimento público para essa demanda.

25- Marcar presença dos movimentos sociais nas universidades públicas buscando maior comprometimento das universidades com as propostas de educação popular.

26- Lutar pela garantia da formação superior das(os) educadoras(es), observando o que é específico da educação popular, de maneira semelhante ao que é feito pela Pedagogia da Terra, com aprimoramento dos critérios específicos.

27- Promover formação política do(a) educador(a) por meio de discussão e contextualização de novos conceitos de alfabetização que contemplem as diferentes realidades/contextos.

28- Formação política do(a) educador(a) popular de forma que haja aceitação e entendimento da necessidade de mudança para uma perspectiva libertadora, o que demanda: compromisso, participação nos encontros, clareza do conceito de alfabetização, formação cidadã, articulação entre teoria e prática.

29- Viabilizar recursos que garantam a ampliação de pesquisa nas instituições públicas estaduais e federais que congreguem ações de formação de educadoras(es).

30- Reivindicar junto à SECAD que a resolução do PBA garanta, além das formações e bolsas para intérpretes de LIBRAS, também assessoria e acompanhamento para as turmas que atendem a cegos.

31- Reivindicar que as obras do educador Paulo Freire sejam disponibilizadas para domínio público.

32- Promover mais espaços de formação, com formadoras(es) com conhecimento na área, de forma que seja valorizada a potencialidade das pessoas que já atuam conosco, oriundas dos movimentos sociais.

33- Buscar maior participação em encontros, fóruns e conselhos de EJA.

34- Buscar parcerias no âmbito regional a fim de garantir às(aos) educandas(os) e educadoras(es) tanto a formação quanto o acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Articulação com o estado, sociedade civil organizada e movimentos sociais

35- Intensificar as oficinas da Agenda Territorial, trabalhando de forma regional e encontros gerais articuladores com a participação de todas as entidades e representantes da comissão por Estado.

36- Articular movimentos sociais e gestores na construção de propostas de EJA como propõe a AT.

37- Ampliar a participação das comunidades através da mobilização e organização desencadeadas pelos movimentos sociais.

38- Fazer movimentos de aproximação das turmas dos Programas de alfabetização com as escolas da rede pública de EJA.

39- Buscar aproximação das propostas curriculares das turmas de alfabetização e das escolas da rede pública/EJA.

40- Buscar estratégias de articulação das propostas de alfabetização (MOVA, PBA) com as escolas das redes públicas, que ofertam EJA, para possibilitar de forma efetiva a continuidade dos estudos numa perspectiva de educação ao longo da vida.

41- Capacitar pessoas da própria comunidade para a continuidade do projeto, buscando parcerias

com o poder público.

42- Fortalecimento do movimento por meio da criação de fóruns de MOVA/EJA, no sentido da efetivação do controle social, tendo em vista a aplicação dos recursos de programas de alfabetização local e ou adesão ao PBA.

43- Resguardar os encontros nacionais de MOVA enquanto espaço de debates, considerando as especificidades locais, com tomada de decisões coletivas e retiradas de propostas.

Comunicação

44- Intensificar a comunicação entre os programas MOVA através dos diferentes meios eletrônicos.

45- Criar um fórum eletrônico dos programas MOVA.

46- Buscar parcerias a fim de viabilizar essa ação de criação de fórum eletrônico.

Tendo aprovado as 77 propostas acima listadas, a plenária discutiu e aprovou as seguintes deliberações:

- 1- Indicação da nova representação do MOVA na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA): Gilmar Ferreira do Pólo Sergipe do MOVA-Petrobras.
- 2- A escolha da nova coordenação regional e nacional será realizada no âmbito das próprias regiões.
- 3- A cidade de Embu das Artes, no Estado de São Paulo, será a sede do próximo encontro nacional da rede, a ser realizado em 2012.